

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2026 do CBH-PJ1 Videoconferência – 15/04/2026 – 09h00min

Vaga	Entidade	Representante	Função	Participação
01	EMATER	Marcelina Batista da Costa	Titular	Presente
	SEAPA	Hélio João de Farias Neto	Suplente	Ausente
02	Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente
	Instituto Estadual de Florestas-IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Justificado
03	Polícia Militar de Minas Gerais-PMMG	Claudinei Soares Gonçalves	Titular	Ausente
	SEMAD	Daniel Iscold A. de Oliveira	Suplente	Presente
04	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente
	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Giovanna Caldeira de Souza	Suplente	Ausente
05	Prefeitura Municipal de Itapeva	Reginaldo Aparecido de Godoi	Titular	Presente
	Prefeitura Municipal de Itapeva	Alexandre Ribeiro de Patto	Suplente	Justificado
06	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Titular	Justificado
	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente
07	COPASA	Joab Borges Silva	Titular	Ausente
	Melhoramentos Florestal Ltda	David Figueiredo Barros do Prado	Suplente	Presente
08	FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira	Titular	Presente
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente
09	FAEMG	Caio Sérgio Santos e Oliveira	Titular	Presente
	FAEMG	Maria Victória de Oliveira	Suplente	Ausente
10	Associação Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Justificado
	Ordem dos Advogados do Brasil	Janaína de Oliveira Costa e Silva	Suplente	Ausente
11	SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza	Titular	Presente
	SINDÁGUA	Wanderlei dos Reis Gomes	Suplente	Ausente
12	Conselho Regional de Biologia-4ª Região	Maurício Djalles Costa	Titular	Presente
	Conselho Regional de Biologia-4ª Região	Ana Bárbara Barros	Suplente	Ausente

Demais presentes	
Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Gabriel Sobreira
	Gean Barrilli
	Ivens de Oliveira
	Kaique Barretto
	Laice Correia
	Luiz Colassio
	Patrícia Barufaldi
	Raquel Quirino
	Rute Geraldo
	Sergio Razera
	Vanessa Longato
IGAM	Paula Pereira de Souza

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, por meio de videoconferência, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária de 2026 do CBH-PJ1, registrando-se a participação de oito pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, e do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme tabela apresentada acima, registrados por meio de manifestação de presença realizada no *chat* e registro de participantes da plataforma de videoconferência. **1. Abertura e verificação de quórum.** O Sr. Adilson Ramos de Souza,

representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais – SINDÁGUA-MG e Secretário-executivo do CBH-PJ1, iniciou a reunião, apresentou a pauta, composta pela recomposição da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CT-IG), atualização das propostas de estudos visando ao enquadramento dos corpos d'água da porção mineira das Bacias PCJ, apresentação de prognósticos meteorológicos para a bacia, outros assuntos e encerramento. O Sr. Adilson informou que representantes do Instituto

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) solicitaram a antecipação do ponto de pauta sob responsabilidade dos mesmos. A antecipação foi aprovada por unanimidade e o item “Atualização sobre propostas de estudos visando enquadramento dos corpos d'água da porção mineira das Bacias PCJ – Fundação Agência das Bacias PCJ” foi remanejado para o item 4 da pauta. **2. Assuntos a deliberar: 2.1 Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do 2026 do CBH-PJ1, realizada em 30/01/2026:** O Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais – SINDÁGUA-MG e Secretário-executivo do CBH-PJ1, informou que a ata da reunião realizada em 30 de janeiro de 2026 havia sido previamente encaminhada aos membros e consultou o plenário sobre a dispensa de sua leitura. Não havendo manifestações ou divergências quanto ao seu conteúdo, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **2.2 Recomposição da CT-Instrumentos de Gestão (Deliberação AD REFERENDUM CBH-PJ1 nº 02/2025):** O Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais – SINDÁGUA-MG e Secretário-executivo do CBH-PJ1 submeteu à apreciação a recomposição da CT-IG, objeto da Deliberação AD REFERENDUM CBH-PJ1 nº 02/2025, e passou a palavra ao Sr. Gabriel Sobreira, da equipe da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para os esclarecimentos pertinentes. O Sr. Gabriel Sobreira informou que a proposta decorre do início do novo ciclo de composição das câmaras técnicas em 2026 e prevê, além da recomposição dos membros, a ampliação do escopo de atuação da CT-IG. Esclareceu que, anteriormente, a Câmara estava concentrada na análise de outorgas e que a nova proposta contempla os demais instrumentos de gestão de recursos hídricos, incluindo o plano e a política estadual de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água e outros temas correlatos. Informou, ainda, que a deliberação anterior será cancelada, dando lugar à nova composição e às atribuições ampliadas da Câmara Técnica. O Sr. Gabriel Sobreira apresentou a composição vigente da CT-IG: pelo poder público estadual, a Sra.

Raquel Junqueira Costa, representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF); pelo poder público municipal, o Sr. Reginaldo Aparecido de Godoi, representante da Prefeitura Municipal de Itapeva; pelo segmento dos usuários de recursos hídricos, o Sr. Caio Sérgio Santos e Oliveira, representante da (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); e, pelas entidades da sociedade civil, o Sr. Maurício Djalles Costa, representante do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região (CRBio-04). Informou que outros membros poderiam manifestar interesse em integrar a CT-IG e esclareceu que o regimento interno das câmaras técnicas não exige composição paritária, sendo possível a participação de representantes adicionais, desde que aprovada pelo plenário. O Sr. Adilson Ramos abriu a palavra para manifestações quanto à composição da Câmara. A Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1, destacou que a CT-IG constitui importante espaço de capacitação dos membros sobre os instrumentos de gestão de recursos hídricos, incluindo planos, enquadramento, outorga e sistemas de informação. Ressaltou que a participação nas reuniões pode ocorrer tanto como membro quanto como convidado ou ouvinte, e incentivou os conselheiros a acompanharem as atividades da Câmara. A Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, destacou a relevância da recomposição da CT-IG, especialmente em razão da revisão do Plano das Bacias PCJ e dos estudos de enquadramento previstos para a porção mineira, que exigirão a participação dos membros na análise e consolidação das propostas. Não havendo manifestação de interesse de novos representantes, o Sr. Adilson Ramos de Souza submeteu à apreciação a recondução dos membros que já integravam a Câmara Técnica. A recondução foi aprovada, mantendo-se a composição anteriormente apresentada. **3. Apresentação sobre o prognóstico meteorológico para a Bacia do PJ1 – IGAM:** A Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1 agradeceu a disponibilidade da equipe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e informou que a apresentação atendia a uma solicitação formulada pelos membros no ano anterior,

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



relacionada aos prognósticos de precipitação para a região e aos possíveis efeitos sobre a gestão dos recursos hídricos. A Sra. Paula Pereira de Souza, meteorologista do IGAM, apresentou informações sobre as condições meteorológicas observadas em 2025 e no primeiro trimestre de 2026, com base em dados do produto MERGE, desenvolvido pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), que combina dados de pluviômetros, estações meteorológicas e estimativas de satélite. Explicou que as anomalias de precipitação correspondem à diferença entre a chuva observada e a climatologia esperada, sendo representadas nos mapas por cores que indicam precipitações acima ou abaixo da média. Informou que 2025 apresentou precipitações inferiores à climatologia durante os principais períodos hidrológicos do ano, com anomalias negativas no primeiro trimestre, no período seco e no último trimestre. Esse cenário resultou no agravamento das condições de seca na porção mineira das Bacias PCJ, que evoluíram ao longo do ano de situações de ausência ou seca fraca para seca moderada e, ao final de 2025, seca grave. Quanto aos primeiros meses de 2026, a Sra. Paula Souza informou que janeiro e fevereiro apresentaram precipitações superiores à climatologia em parte significativa da bacia, contribuindo para alguma melhora nas condições de seca. Contudo, destacou que permaneceram regiões com precipitação inferior a 50% do esperado e que o período chuvoso foi encerrado com situação de seca ainda relevante. A apresentação também abordou as perspectivas associadas ao fenômeno *El Niño*–Oscilação Sul (ENOS). A representante do IGAM informou que, naquele momento, predominava a fase neutra, mas havia aumento da probabilidade de ocorrência do *El Niño* nos meses seguintes. Esclareceu que, durante o período seco, o fenômeno poderia favorecer temperaturas acima da média e que, no período chuvoso, poderia contribuir para a ocorrência de chuvas mais intensas e concentradas. A Sra. Paula Souza informou, ainda, que o IGAM estava em processo de renovação da Sala de Situação, com previsão de retomada da atuação da equipe meteorológica durante 24 horas por dia ao longo de todo o ano, ampliando a capacidade de acompanhamento e emissão de alertas para o Estado. O Sr. Maurício Djalles Costa, representante do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região (CRBio-04) e Secretário-executivo

Adjunto do CBH-PJ1, parabenizou a apresentação e questionou sobre a precipitação anual esperada para a bacia e sobre uma área específica identificada com anomalia negativa nos mapas. A Sra. Paula Souza esclareceu que não dispunha, naquele momento, da identificação precisa dos municípios abrangidos pela área representada e explicou que a anomalia poderia estar relacionada a inconsistências pontuais na estação meteorológica ou na combinação entre dados de estação e de satélite. Informou que a questão seria encaminhada ao CPTEC para avaliação. A Sra. Mylena Oliveira agradeceu a contribuição do IGAM e destacou a importância da continuidade das apresentações meteorológicas para apoiar a preparação dos municípios, dos usuários e dos demais setores diante de possíveis alterações no regime de chuvas e de temperatura. Na sequência, a Sra. Mylena Oliveira propôs a estruturação de um banco de projetos e a criação de mecanismos para aproximar o CBH-PJ1 de universidades e pesquisadores que desenvolvam estudos relacionados à bacia, à resiliência hídrica, à conservação e às mudanças climáticas. O Sr. Reginaldo Aparecido de Godoi, representante da Prefeitura Municipal de Itapeva e Vice-presidente do CBH-PJ1, informou que havia dialogado com representante da Universidade de São Paulo (USP) sobre a possibilidade de articulação com centros de estudos ambientais e de desenvolvimento de projetos voltados à região Bragantina e ao Sul de Minas. A Sra. Mylena Oliveira ressaltou a importância de preservar a identidade do CBH-PJ1 relacionada à conservação dos recursos hídricos e convidou os conselheiros a encaminharem à Secretaria Executiva informações sobre projetos de resiliência hídrica, conservação e experiências bem-sucedidas desenvolvidos por suas entidades. **4. Atualização das propostas de estudos visando ao enquadramento dos corpos d'água da porção mineira das Bacias PCJ:** O Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais – SINDÁGUA-MG e Secretário-executivo do CBH-PJ1 passou a palavra ao Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação da atualização dos estudos previstos para o enquadramento dos corpos d'água da porção mineira das Bacias PCJ. O Sr. Eduardo

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



Léo informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ conduz o processo de revisão do Plano das Bacias PCJ, vigente desde 2020, e que, nesse contexto, será desenvolvida a proposta de
230 enquadramento da porção mineira. Explicou que o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso é instrumento de planejamento da gestão da qualidade das águas, baseado nos usos preponderantes atuais e pretendidos, com o objetivo
235 de assegurar qualidade compatível com os usos mais exigentes, reduzir os custos de controle da poluição e orientar investimentos e ações de melhoria e preservação. Esclareceu que o enquadramento consiste no estabelecimento de
240 metas ou objetivos de qualidade da água a serem obrigatoriamente alcançados ou mantidos e que o Programa de Efetivação do Enquadramento reúne as medidas progressivas e obrigatórias necessárias ao atendimento das metas intermediárias e finais. Entre
245 as ações previstas, mencionou o tratamento de esgotos, a redução de cargas poluidoras, o controle de nutrientes, a redução de coliformes e outras medidas de melhoria da qualidade da água. Informou que, conforme a regulamentação
250 aplicável, na ausência de enquadramento formalmente aprovado, as águas doces são consideradas de classe 2. Essa premissa foi adotada no Plano das Bacias PCJ 2020–2035 para a porção mineira, uma vez que não foi identificado ato
255 normativo formal de enquadramento para essa região. Ressaltou que, embora o plano já contenha diagnóstico preliminar, metas e um programa de efetivação, será necessário retomar e aprofundar a discussão para a formalização do enquadramento na
260 porção mineira. O Sr. Eduardo Léo informou que a revisão do Plano das Bacias PCJ permitirá avaliar o cumprimento das metas estabelecidas, atualizar o diagnóstico, verificar a efetividade dos programas existentes e propor novos programas, inclusive
265 relacionados às mudanças climáticas, ao reúso e ao abastecimento de água. Destacou que a avaliação deverá considerar os impactos das ações sobre os corpos d'água, com apoio de modelagem matemática, e poderá resultar na complementação
270 das metas de saneamento dos municípios que não tenham alcançado os resultados previstos. Quanto à porção mineira, informou que os estudos deverão contemplar diagnóstico dos usos da água e dos conflitos existentes, prognósticos e alternativas de
275 enquadramento, estimativas de custos e um

programa de efetivação. Esclareceu que serão avaliados diferentes cenários, desde alternativas mais ambiciosas até propostas compatíveis com as capacidades técnica e financeira de implementação, considerando a necessidade de priorização de investimentos. A proposta será discutida em reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, consultas públicas e audiência pública, antes de ser submetida à deliberação. Informou, ainda, que será reativado o
285 Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GT-Acompanhamento), vinculado à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, para acompanhar a execução dos serviços contratados e apoiar as discussões do processo de revisão. O Sr.
290 Eduardo Léo apresentou o cronograma preliminar, informando que a Fundação Agência das Bacias PCJ pretende iniciar, ainda em 2026, o processo de contratação de empresa ou consórcio especializado na revisão de planos, enquadramento e elaboração de manuais operativos. A execução dos serviços
295 deverá ocorrer em aproximadamente vinte meses, com previsão de conclusão do Plano das Bacias PCJ atualizado até o final de 2028. Informou também que será elaborado manual operativo do plano e, de
300 forma inovadora, um manual operativo específico para o enquadramento dos corpos d'água da porção mineira. Esclareceu que as propostas de enquadramento deverão ser transformadas em deliberação dos Comitês PCJ e posteriormente
305 referendadas pelos respectivos conselhos de recursos hídricos, considerando a dominialidade dos corpos d'água. A Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1 questionou se o termo de referência da contratação contemplaria a
310 apresentação de diferentes cenários de enquadramento, respectivas metas, prazos de efetivação e estimativas de custos. O Sr. Eduardo Léo confirmou que esses elementos integram o produto relativo à proposta de enquadramento e ao Programa de Efetivação do Enquadramento. Explicou que os estudos deverão avaliar alternativas mais ambiciosas e alternativas priorizadas, com
315 estimativas de investimento, a exemplo do processo desenvolvido no plano anterior, no qual foi necessário compatibilizar um cenário de elevada qualidade ambiental com a capacidade de investimento da bacia. Ressaltou que as alternativas
320 serão discutidas no âmbito dos comitês e
325

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



posteriormente submetidas à audiência pública. A Sra. Mylena Oliveira destacou a importância da mobilização dos municípios, dos representantes do setor rural, dos usuários, da sociedade civil e das instituições de ensino e pesquisa para a construção da proposta. O Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, ressaltou que a participação dos municípios e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) será fundamental, especialmente porque as metas estabelecidas nos planos de bacia devem ser consideradas pelos planos municipais e regionais de saneamento. Destacou que o enquadramento representa um pacto de sustentabilidade e de planejamento financeiro, uma vez que a melhoria da qualidade da água exige investimentos expressivos, principalmente no setor de saneamento. O Sr. Eduardo Léo informou, ainda, que o processo contará com ações de capacitação sobre enquadramento, inclusive no âmbito do GT-Acompanhamento, com participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do IGAM. **5. Outros assuntos:** O Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais – SINDÁGUA-MG e Secretário-executivo do CBH-PJ1 informou que não havia outros assuntos a serem tratados na reunião. **6. Informes:** O Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ foi finalmente equiparada à Agência de Bacia para a porção mineira das Bacias PCJ, através da Deliberação CERH-MG nº 666, de 23/03/2026 e apresentou os próximos passos relacionados à gestão dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Informou que o montante acumulado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos se aproxima de dois milhões de reais, sujeito à confirmação e atualização, e que a aplicação dos recursos dependerá da definição das metas do contrato de gestão e da aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP). Ressaltou que caberá ao CBH definir as prioridades de aplicação, em articulação com a Fundação Agência das Bacias PCJ, o IGAM, os municípios, os usuários e as entidades da sociedade civil. O Sr. Sergio Razera destacou que já é possível iniciar o levantamento das demandas dos municípios, sem necessidade de

aguardar a conclusão da revisão do Plano das Bacias PCJ. Informou que os recursos poderão apoiar ações de saneamento, drenagem, planejamento municipal, saneamento rural, conservação do solo, restauração ambiental e proteção de mananciais. Apresentou, como exemplo, a continuidade do projeto desenvolvido em Camanducaia, que deverá incorporar ações de conservação do solo, como melhoria de pastagens e implantação de curvas de nível, antes da restauração florestal, de modo a assegurar a permanência dos resultados ao longo do tempo. Informou, ainda, que recursos provenientes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), da cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União e de parceria com a Fundação Grupo Boticário, estão sendo articulados para apoiar projetos de conservação na região do Sistema Cantareira, incluindo as porções paulista e mineira. Destacou que o programa Viva Água, da Fundação Grupo Boticário, disponibilizou edital com recursos da ordem de dois milhões de reais para projetos na região, podendo abranger, além da restauração ambiental, iniciativas relacionadas ao turismo rural, à geração de renda e ao desenvolvimento socioeconômico. A Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ contratou uma empresa de apoio técnico e administrativo para auxiliar os municípios na elaboração de documentos e na participação nos editais. Ressaltou, contudo, que a efetividade desse apoio depende da indicação, pelos municípios, de servidores ou representantes responsáveis pelo acompanhamento das ações. O Sr. Sergio Razera reiterou que a participação municipal é indispensável para a execução dos projetos, especialmente quando houver repasse de recursos para as prefeituras. Destacou a necessidade de envolver, além dos setores ambientais, as áreas municipais de turismo, desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e agricultura. A Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1 informou que buscará agendar reuniões com os municípios da porção mineira, convidando os membros que atuam ou residem nessas localidades para participar das agendas com os prefeitos e representantes

Comitê PJ1

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1)
Criado e instalado segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 e Decreto Estadual nº 44.433/2007



municipais. A Sra. Patrícia Barufaldi observou que alguns municípios não integram atualmente o CBH-PJ1 e sugeriu que fossem convidados a acompanhar as reuniões, com vistas à retomada de sua participação na gestão dos recursos hídricos. 7. **Encerramento.** Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais – SINDÁGUA-MG e Secretário-executivo do CBH-PJ1 agradeceu a

participação dos membros e destacou a importância da continuidade da mobilização para promover a produção de água em quantidade e qualidade e o atendimento aos usos múltiplos da bacia. A Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Presidente do CBH-PJ1 agradeceu a presença de todos e reforçou o convite para participação nas reuniões dos comitês. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Presidente do CBH-PJ1

ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1